

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Cinthia Elena Agostinho Mouro

**MULHERES E ASSÉDIOS NA RUA: ESPAÇO PÚBLICO, DIREITOS DAS MULHERES E *LUTAS*
TRAVADAS NA *INTERNET***

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientadora: Prof. Dra. Elizabeth de Paula Pissolato.

Juiz de Fora
2019

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Cinthia Elena Agostinho Mouro, acadêmica do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201573076A, declaro que sou autora do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **Mulheres e Assédios na rua: Espaço Público, Direitos e Lutas travadas na internet**, desenvolvido durante o período de 11 de março de 2019 a 05 de julho de 2019 sob a orientação de Elizabeth de Paula Pissolato, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, _____ de _____ de _____

Cinthia Elena Agostinho Mouro

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e assinada pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

MULHERES E ASSÉDIOS NA RUA: ESPAÇO PÚBLICO, DIREITOS DAS MULHERES E LUTAS TRAVADAS NA INTERNET

Cinthia Elena Agostinho Mouro¹

RESUMO

O presente artigo traz uma abordagem sobre o assédio sexual em espaços públicos, analisando o contexto da casa e da rua, e como o uso desses dois espaços define ações sociais e constrói identidades de gênero. O ponto de partida é o documentário “Chega de Fiu Fiu”, surgido a partir da campanha homônima realizada na *internet* em 2014. Pretende-se demonstrar, mediante dados apresentados no documentário, comentados a partir de aporte teórico de vários(as) autores(as), relatos de vítimas e diálogos com especialistas também presentes no documentário, que o assédio, disseminado de forma sutil ou manifesta, revela uma nítida desigualdade sexual, alimentada por estereótipos atribuídos em função do gênero e reforçada por modelos educativos patriarcais como forma de hierarquização e exclusão. Ademais, pretende-se reforçar a importância de projetos virtuais, que, por meio da internet, potencializam novas formas políticas desenvolvidas pelas e entre mulheres, trazendo um novo modelo de relações sociais, políticas e econômicas como horizonte para nossa sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Assédio sexual. Casa. Rua. Documentário. Gênero. *Internet*.

1 - INTRODUÇÃO

Nas sociedades ocidentais, a forma como homens e mulheres interagem nos espaços públicos e privados passou por inúmeras mudanças. Até o final do século XX, a segregação entre os sexos era muito mais rígida do que atualmente, quando observamos homens e mulheres compartilhando diversos espaços de trabalho, estudo e lazer. Contudo, ao pensarmos na realidade brasileira, essa partilha de espaços ainda é marcada pela dominação masculina, o que Pierre Bourdieu entende nos termos de um padrão comportamental, cujas raízes encontram-se cravadas na estruturação inconsciente e histórica, naturalizando, instituindo e reafirmando a ordem patriarcal como superior e irrevogável, isenta de qualquer justificativa. Diz o autor: “a força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física” (BOURDIEU, 2005, p. 50). Essa desigualdade sexual hierárquica, exclusiva e naturalizada parece estar na base do assédio em espaços públicos, nos quais as chamadas “cantadas” de rua são entendidas como algo normal ou até tomadas por elogio por parte de muitas mulheres. Esse entendimento corrobora para a vulnerabilidade das mulheres e também para uma assimetria de poder no espaço público e privado.

Essa estrutura de poder do homem em relação à mulher, que estabelece desigualdades, acaba por legitimar ideologicamente a supremacia masculina. Mulheres ganham salários menores exercendo a mesma função dos homens, ocupam timidamente os espaços de poder, são segregadas nos espaços privados, submetidas à inúmeras violências, exploradas sexualmente, traficadas, abusadas e assediadas de todas as formas. O meio social em que vivemos é determinado pelo padrão masculino, como cita Simone Beauvoir em sua obra “O Segundo Sexo”: “a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro”. (BEAUVOIR, 2009, pp. 16-17)

Diante desse contexto, segundo Yasmin Curzi de Mendonça, pesquisadora na área de estudos de gênero e políticas públicas, para que as desigualdades sexuais sejam combatidas, devemos ter o entendimento de que estas são decorrentes de uma dominação masculina, em que um grupo exerce poder sobre outro e que a mudança desse cenário perpassa pela representatividade econômica e política das mulheres. Nesse sentido, é imprescindível a produção de políticas públicas, principalmente com participação coletiva incluindo perspectivas

1 Graduada em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: ceamouro@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel. Orientadora: Prof. Dra. Elizabeth de Paula Pissolato.

das mulheres nos projetos urbanísticos dos espaços públicos, a fim de que as dinâmicas sociais nas cidades sejam transformadas em ambientes inclusivos, pautados na solidariedade, isto porque, em uma sociedade democrática e pluralista, minorias devem ser respeitadas, com o Estado agindo em defesa da garantia de direitos e valorização desses grupos sociais. Assim, a distribuição equitativa de poder social contribuirá para uma sociedade mais justa.

Segundo a pesquisadora, as instituições sociais desconsideram as particularidades femininas e conseqüentemente, mulheres ficam sob o constante risco às degradações e ofensas, como o assédio nas ruas, o que demonstra, claramente, esse desrespeito social e que é banalizado pelas instituições da vida pública democrática, prejudicando consideravelmente a prática da cidadania por elas:

Visualizamos o assédio nas ruas como expressão clara do não reconhecimento social das mulheres, no sentido em que acarreta em privação de direitos fundamentais e é ocasionado pelas assimetrias nas relações sociais, nas quais mulheres não tem sua condição de sujeito respeitada. Apesar dos esforços legislativos serem importantes para que condutas sejam desnaturalizadas, mulheres precisam ocupar os espaços de poder econômico e político em sentido amplo, para que possam ser elas as atrizes de suas lutas. O reconhecimento feminino deve caminhar com a representação, já que, sem ela, a condição de cidadania passiva permanecerá sendo a sua forma de relação com o mundo. (MENDONÇA, 2017)

Mendonça enfatiza, ainda, a importância do compartilhamento de relatos e experiências nas redes de comunicação digitais, que, segundo ela, impulsiona novos movimentos sociais e promove um novo contexto de solidariedade, fundamental para que as demandas sejam concentradas em ações de resistência, pois as movimentações feministas contra assédio nas ruas partem de um processo de percepção generalizada das reações emocionais negativas provocadas por ele.

Desta forma, o trabalho aqui apresentado tem como objetivo esclarecer aspectos importantes que influenciam na cultura do assédio e suas vertentes, mostrando caminhos possíveis para a mudança desse contexto, considerando a conscientização através da *internet*, como principal instrumento de luta feminina.

2 – DESENVOLVIMENTO

2.1 – “A CASA E A RUA” COMO ESPAÇOS SOCIAIS NO BRASIL E O “CAMINHAR” COMO DIREITO

Segundo Roberto DaMatta, em seu livro “A Casa e a Rua”, o espaço “não existe como uma dimensão social independente e individualizada, estando sempre misturado, interligado ou ‘embebido’,[...] em outros valores que servem para a orientação geral” (DAMATTA, 1997, p.30). Por isso, no Brasil, Casa e Rua denotam o privado e o público, respectivamente, e vivemos de tal modo que esses dois lugares são mais que simples espaços geográficos, sendo uma tradução de modos de explicar o mundo. De acordo com DaMatta, Rua seria o espaço de “luta”, de “batalha”, lugar que contraria todas as nossas vontades. Nela, não há amor, nem consideração, nem respeito, nem amizade. É local perigoso, competitivo e individualista. Já a Casa é o espaço onde somos únicos e insubstituíveis, num ambiente amoroso, sem confusão ou desordem. Na casa, temos um lugar singular numa teia de relações marcadas por muitas dimensões sociais, como divisão por sexo e idade.

Da perspectiva da “rua”, conforme o autor, predomina a insegurança e ninguém te respeita como “gente”, como entidade moral dotada de rosto e vontade. Assim, se a mulher é “da rua”, ela deve ser vista e tratada de um modo. São as chamadas mulheres da “vida”, e, para DaMatta, Vida e Rua formam uma equação importante no nosso sistema de valores.

De acordo com um trabalho de conclusão de curso apresentado por Thalita de Assis Dantas, “Assédio em Espaço Público: uma análise de áudiovisuais sobre o tema”, as mulheres são frequentemente intimidadas a caminhar, a exercer seu direito de ir e vir, e isso seria decorrente do fato de que seu ser é sexualizado. A relação entre mulher e espaço público é sempre vista como sexual, haja vista o uso de termos como prostitutas, que em inglês é *streetwalkers*, traduzido como “caminhantes de rua”, assim como as expressões “mulher pública” “mulher de rua”. Em seu trabalho, Dantas cita um trecho da obra de Rebeca Solnit, “Wanderlust: A History of Walking”,

Quando uma mulher viola a convenção sexual, pode dizer-se que ela está passeando, vagando, perambulando, rodando – termos que implicam que a viagem de uma mulher é

inevitavelmente sexual ou que sua sexualidade é transgressiva quando viaja. (SOLNIT, 2000, p. 233)

Esse tipo de interpretação dada às mulheres quando exercem seu direito de ir e vir nos espaços públicos, influencia profundamente a vivência das mulheres nesses espaços, impactando dois aspectos importantes: a privação do exercício de direitos fundamentais e a perda do senso de autorrespeito, acarretando a sua banalização. O respeito é essencial nas relações sociais saudáveis, e, quando mulheres são objetificadas através do assédio, ocorre uma situação de desrespeito. Por isso, há a necessidade, por parte do Estado, de intervir e promover meios para combater os assédios.

No Brasil, não existia até março de 2018, uma lei que criminalizasse o assédio em espaços públicos, havendo apenas uma multa contra a prática deste ato. A partir daí, a lei número 13.718/2018 inseriu um novo delito no art. 215-A do Código Penal, chamado de “Importunação sexual”, resultado de reivindicações populares que vinham de casos midiáticos de grande violência contra a mulher, como por exemplo, o caso em que uma passageira de um ônibus em São Paulo foi surpreendida por um homem ejaculando em seu pescoço. O homem foi detido, mas acabou sendo liberado por não poder ser enquadrado nem em crime de estupro, por não ter havido emprego de violência, nem em importunação ofensiva ao pudor, que é apenas uma contravenção penal, e não um crime. Com a aprovação da lei, assédio sexual em espaços públicos passa a ser crime e ter pena de detenção de cinco anos, o que significa uma grande conquista na luta feminina contra o assédio, pois além de punir o responsável, traz uma garantia considerável de que outros assediadores terão que mudar seu comportamento e seu modo de agir, estando sujeitos à prisão.

Porém, há uma crítica a esse dispositivo, que é o fato de que, para ser caracterizado o ato de importunação sexual, é necessário ter havido a prática do ato libidinoso. Dessa forma, para os casos de importunação verbal ou gestual, enquadrá-los na nova lei é mais difícil, dependendo, assim, da interpretação do judiciário na questão. De qualquer forma, é recomendável sempre fazer a denúncia do assédio, pois é através desses registros que o Estado toma conhecimento dos casos e pode, com isso, pautar políticas públicas, com campanhas de conscientização e/ou aumento de patrulhamento nas vias públicas.

2.2 - ARTICULAÇÕES NA *INTERNET*: CAMPANHA E FILME “CHEGA DE FIU FIU” COMO FERRAMENTA DE LUTA

O documentário “Chega de Fiu Fiu”, que passo a comentar, tem direção de Amanda Lemos e Fernanda Frazão e surgiu a partir da campanha homônima criada pela jornalista Juliana de Faria, em 2014. Esta jornalista é fundadora do projeto feminista *Think Olga*, que encontrou na *internet* um instrumento de articulação de laços e correntes para a mudança social:

A Olga nasceu dessa vontade de criar uma conversa mais honesta com as mulheres, um papo livre de frases prontas, debates feitos no automático, estereótipos e informações desatualizadas. E essa capacidade de enxergar e se dirigir à mulher como um ser pensante e de direitos, com seriedade e sem ser condescendente é o mais importante pra mim. Não só como jornalista e criadora da Olga, mas também como mulher. (FARIA, 2014)

Baseado em dados de pesquisas feitas pelo *Think Olga* e no “Mapa chega de Fiu Fiu” (v. adiante) o documentário estabelece um diálogo entre mulheres vítimas de assédio nas ruas de diversas cidades brasileiras, os que praticam e especialistas no tema, investigando as causas, as motivações, o contexto social e as soluções para a diminuição das violências contra a mulher, salientando a importância das próprias mulheres se conscientizarem de que o assédio nas ruas é, de fato, uma violência estrutural, e que o compartilhamento de experiências e relatos contribuem para uma maior conscientização e, conseqüentemente, diminuição de casos de assédio e violências físicas contra elas.

Segundo dados apresentados no documentário sobre assédio nas ruas, 86% das brasileiras já sofreram algum tipo de assédio em espaço público; 77% já receberam assédio; 57% já ouviram comentário de cunho sexual; 44% tiveram seus corpos tocados (Pesquisa ActionAid, 2015). E, numa relação direta, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, uma mulher é estuprada a cada onze minutos no Brasil, com o país ocupando o quinto lugar no *ranking* de assassinatos de mulheres, segundo o Mapa da Violência (2015).

Três personagens engendram o protagonismo do filme: Rosa Luz, uma mulher trans, de 20 anos, que reside em Brasília, artista plástica, compositora, *rapper*, estudante de artes; Raquel Carvalho, uma mulher negra, de 29 anos, residente em Salvador, manicure, estudante de enfermagem; e Teresa Chaves, uma mulher branca, de 31 anos, de classe média alta, residindo em São Paulo, professora de história. A presença destas mulheres, com diferentes pertencas e experiências, segundo afirmaram as próprias diretoras, em uma entrevista concedida à revista Galileu, em maio de 2018, visava enfatizar particularidades na identidade de gênero, cor e classe social das personagens, além de destacar dados de violência contra mulheres negras, a qual teve um aumento de 54% na última década no Brasil. Além disso, as diretoras buscavam questionar a ausência de políticas públicas voltadas às mulheres e a falta de implementação do direito das mulheres de acesso ao espaço público.

Um aspecto em comum nos relatos das personagens Rosa, Raquel e Teresa é o medo constante ao circular em espaços públicos, em ruas com pouca iluminação, transportes coletivos precários, demorados, com pontos isolados, em que a segurança da mulher não é pensada em um só momento. A personagem Rosa Luz, moradora de Brasília, relata que todos os dias, ao voltar da faculdade, é obrigada a transitar por túneis com pouca iluminação e por um matagal escuro até chegar ao ponto de ônibus. Segundo ela, “Brasília não foi feita para pessoas que andam a pé” e ela sente muito medo durante esses trajetos. Ela conta que o fato de ser trans deu-lhe a possibilidade de duas experiências de gênero, pois, quando se vestia como homem e era “lida” como homem, usufruía dos privilégios que o homem possui na sociedade, mesmo sendo *gay*. Quando passa a se vestir como mulher, vê seu corpo ser assediado e objetificado, e, a partir daí, tem o medo e a insegurança como sentimentos constantes no seu cotidiano.

Com Raquel, moradora de Salvador, a situação não é muito diferente, tendo que enfrentar percursos desertos e escuros no trajeto de ida e volta para casa. Ela diz que não sabe se tem medo de passar por uma rua e não ver ninguém, ou de encontrar alguém pelo caminho. Quando vai em festas, sempre se preocupa em voltar acompanhada de algum conhecido. Teresa também enfrenta os desafios de circular na cidade de São Paulo. Segundo ela, quando se estuda história, fica evidente que as cidades não foram pensadas para as mulheres. Ela usa a bicicleta como meio de transporte e, mesmo fazendo todo o trajeto em ciclovia, se sente muito vulnerável e exposta, com medo de assalto, de ser assediada ou até estuprada.

Segundo Ana Oliveira, em seu ensaio que integra um programa de estudos feministas da universidade de Coimbra, Esther Madriz, uma socióloga ativista americana, considera o medo de ser vítima de um crime um dos mecanismos mais significativos do controle social das mulheres, pois o “medo do crime” impõe limitações em suas vidas para o “seu próprio bem”. Desde muito cedo, de acordo com Madriz, as mulheres são ensinadas a terem medo de que “alguma coisa má possa acontecer” e isso determina qual é o seu espaço, quem é o forte e o fraco, quem deve ser protegido e quem vai proteger, que tipo de roupa vestir e que comportamento deve ser adotado ou não. Deste modo, segundo Madriz, o medo da violência reforça a hierarquia dos sexos e organiza um consentimento sobre os códigos comportamentais e a identidade sexual normativa das mulheres (MADRIZ, 1997).

Além dos relatos acima descritos das personagens, o documentário se fundamenta em outras três ações principais: o uso de óculos com microcâmera escondida durante os trajetos das personagens; diálogos com especialistas em assuntos como história da mulher, identidades, sexualidade, mobilização social; e uma roda de conversa com alguns homens, com suas opiniões em relação às suas masculinidades e comportamentos de mulheres e homens no espaço público. A primeira ação, em que as personagens fazem uso dos óculos com câmera embutida, traz, segundo elas, a consciência do espaço público: o da Rua, perigosa e individualista, sem respeito e amor. Quando circulam pelas ruas e os assédios são filmados, as experiências das personagens, conforme acontecem na realidade cotidiana, mostram a seriedade de um assunto tratado como banal até pelas próprias vítimas.

A segunda ação, conduzida por um mediador, traz um debate entre alguns homens e suas opiniões em relação ao que é o assédio e suas consequências para as mulheres e para a sociedade como um todo. Esse debate mostrou a importância da necessidade de conscientização dos homens em relação ao que é assédio. A maioria deles considera a mulher responsável pelo ato, através da maneira de andar, de se vestir, de falar, de estar na rua em horários que eles consideram “impróprios”. Acreditam que, se a mulher coloca uma roupa decotada ou justa, ela está se insinuando e “querendo” ser “cantada”. Os participantes são conduzidos a uma reflexão em relação às “barreiras” impostas à mulher, e que nunca são experimentadas por eles, como, por exemplo, ter medo de sair sozinha, estudar, trabalhar ou esperar um ônibus à noite, ações do cotidiano garantidas por lei como direitos de todo cidadão, mas que, para as mulheres, são acrescidas de muito medo.

Já a última ação, que será analisada no próximo tópico, é baseada em entrevistas com a historiadora Margareth Rago, com a filósofa Djamila Ribeiro, com a ex ministra da secretaria de políticas para as mulheres, Nilcéa Freire e com Juliana de Faria, a criadora do “Chega de Fiu Fiu”.

2.2.1 - Dialogando com especialistas

Segundo Margareth Rago, historiadora entrevistada no documentário, em princípio, as mulheres circulavam muito, como lavadeiras, cozinheiras, prostitutas, mas havia uma separação entre público e privado, onde os espaços das mulheres eram muito bem definidos. Após a industrialização, há mudanças nos hábitos e maneiras de viver, e as mulheres passam a ultrapassar os limites desses espaços, saindo do mundo privado da casa e circulando mais pelas ruas, pela esfera pública, como operárias, constituindo metade do proletariado.

No livro “Cotidiano e Cultura – História, Cidade e Trabalho”, de Maria Izilda Santos de Matos, destaca-se a importância dada pela autora na atuação das mulheres no processo histórico enquanto sujeitos ativos. Ela diz:

Ao tentar reconstruir a estrutura ocupacional em que se inseriam as mulheres no meio urbano, mediante o exercício de papéis improvisados, as pesquisas acabaram destacando e detectando sua presença constante no espaço público, onde as atividades femininas adquiriam visibilidade. [...] essas pesquisas, em geral vinculadas aos estudos sobre o movimento operário, mostraram a existência de um contingente significativo de trabalhadoras, em particular têxteis, e destacaram a sua presença nas lutas e resistências operárias. (MATOS, 2002, p. 88, 89)

Apesar disso, segundo Margareth Rago, o pensamento social construído em torno da mulher sempre foi o de que o corpo feminino pertence ao lar, e de que as mulheres não foram feitas para ficar circulando pelas cidades. Elas tem menstruação, são sensíveis, e por isso precisam ter sua vida conduzida pelos homens, porque são irracionais. E nesse contexto tão ambíguo, em que a mulher trabalha como operária, lutando e resistindo, e, ao mesmo tempo, é considerada tão sensível e dependente do homem, surgem os cafés, os teatros, os cinemas e, contraditoriamente, o discurso de que o lugar dela é em casa. Por sua vez, com o feminismo, ganha força a reivindicação de que as mulheres têm o mesmo direito ao espaço público que os homens.

Segundo Thainã Davilla e Regina Coeli, em seu artigo chamado “Ei Gostosa! Assédio de rua e interações assimétricas no espaço público”, numa sociedade em que a masculinidade é reforçada e a performatização do gênero é intensificada, atuando como demonstração de poder, o assédio de rua se torna a manifestação desses comportamentos e passa a regular a vida das mulheres por meio do corpo, fazendo com que elas nunca se sintam plenamente pertencentes ao espaço público, pois o “direito” do assediador ao se manifestar sem o consentimento e vontade da mulher passa a ser maior do que o direito dela de transitar pelo espaço público sem ser importunada.

Desta forma, observa-se, nesse contexto apresentado, que o fenômeno assédio evidencia como a igualdade de gênero está distante, à medida que direitos e liberdades individuais são violados, numa violência simbólica, operando como um reforço dos “papéis de gênero”, pois, ao passar por situações de assédio, a mulher é “lembrada” de que não atende à performatização adequada para o gênero, circulando em um espaço público de relações assimétricas de poder, sentindo que aquele espaço não é apropriado a ela, gerando, assim, uma constante tensão e muitas ambiguidades no cotidiano das mulheres e dos homens.

Um outro aspecto abordado no documentário pela filósofa Djamila Ribeiro é o fato da mulher negra sofrer ainda mais com as violências contra a mulher, pois o corpo da mulher negra é ultrassexualizado e objetificado desde a escravidão, quando as mulheres negras eram estupradas e usadas para iniciar a vida sexual dos filhos dos senhores. Assim, criou-se o mito de que mulheres negras eram “quentes”, “boas de cama”, romantizando-se uma história de violências. Para Ribeiro, a representatividade na mídia, com estereótipos bem definidos para a mulher negra, como “sambista gostosa”, empregada doméstica, contribuem ainda mais para que ela seja tratada de forma mais desumana. E o racismo, aliado ao machismo, impede enormemente que a mulher negra seja vista como sujeito, como pessoa e, conseqüentemente, impede a sua mobilidade social.

Vemos isso ser muito bem expresso por Sthephanie Ribeiro, no texto “Quem somos, mulheres negras no plural, nossa existência é pedagógica”, parte integrante do livro “Explosão Feminista” de Heloísa Buarque de Holanda,

É preciso entender que ser uma mulher negra lutando contra o racismo e o machismo não é uma escolha, dada a forma como essa história ainda marca nossos corpos e nossas realidades. O anseio por liberdade floresce numa sociedade que mantém nós, negras, num lugar de subalternidade e exploração. Continuamos como babás, empregadas domésticas, destinadas à área de serviço, em quatinhos escuros e mal ventilados. Seguimos presas a esse

lugar social ainda marcado pelos quase trezentos anos de escravidão (HOLLANDA, 2018, p.267, 268).

Nilcéa Freire, ex ministra da secretaria de políticas para as mulheres, também se expressou no documentário, ressaltando a desigualdade de poder entre homens e mulheres, que, segundo ela, está na estrutura de nossa sociedade, reforçando, sempre, a masculinidade. Intimamente ligada a essa ideia de desigualdade de poder, está Judith Butler, que enfatiza a concepção de que gestos e comportamentos, tanto masculinos quanto femininos, são construídos socialmente e ensinados como “adequados”, de acordo com uma perspectiva binária e heteronormativa, em que pessoas de sexo masculino manifestam o gênero masculino e vice-versa (BUTLER, 2003, p. 45). Para Butler, o gênero é iminentemente performático, e ela expõe:

O gênero não deve ser interpretado como uma identidade estável ou um locus de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuamente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero. (BUTLER, 2003, p.200, grifos da autora)

Dessa maneira, é nítido perceber que a performatividade relaciona-se com os papéis de gênero, ou seja, aos atributos e comportamentos que são tradicionalmente esperados de homens e mulheres. Esses “papéis” são reforçados e recriados socialmente, através de vivências na família, na escola e ambientes sociais. E, quando relacionamos o assédio nas ruas com a ideia de estereótipos de masculinidade (e de feminilidade), fica evidente a reafirmação de masculinidade e poder nesse ato, o que remete à ideia de dominação masculina estudada por Pierre Bourdieu, exercida por meio de uma violência simbólica, muito praticada no assédio de rua, aquela “violência suave, insensível, invisível às próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento ou do desconhecimento”. (BOURDIEU, 2005, p. 7-8)

Essa violência simbólica foi experimentada também por Juliana de Faria, criadora da campanha “Chega de Fiu Fiu”, e que relata, no documentário, sua história pessoal com o assédio, tendo início aos onze anos de idade, fazendo com que ela aprendesse, de forma degradante, que a sociedade considera o corpo da mulher público e que, mesmo te fazendo sofrer, a “cantada” tem que ser vista como algo positivo. Diante desse incômodo e indignação acrescidos do episódio em 2013 com o diretor de teatro Gerald Thomas, que colocou a mão debaixo do vestido da apresentadora Nicole Bahls durante uma entrevista no lançamento de um livro, e, para o espanto de Juliana, ninguém reagiu contra esse ato, ela resolveu começar a escrever sobre assédio, surgindo, assim, o projeto “Chega de Fiu Fiu”, com o objetivo de conscientizar as pessoas de que as chamadas “cantadas” não são elogio e sim, assédio, e, portanto, uma violência contra a mulher.

2.2.2 – A força das mulheres através da *internet*

Iniciada a campanha “Chega de Fiu Fiu”, que antecedeu o documentário, em 2013, foram coletados depoimentos e relatos de mulheres e meninas através de uma pesquisa na *internet*, a fim de divulgar a problemática do assédio nas ruas, trazendo resultados alarmantes: 98% das entrevistadas já haviam sofrido algum assédio, 90% trocaram de roupa antes de sair por medo de assédio, 81% deixaram de fazer alguma coisa devido ao medo do assédio (THINK OLGA, 2013). Com a notoriedade, a campanha recebeu inúmeras mensagens através do *site*, *e-mails* e *Facebook*, mostrando, assim, a importância do uso dos meios tecnológicos em favor de campanha de conscientização como a “Chega de Fiu Fiu”, em que foi dada voz àquelas que antes eram, simplesmente, as receptoras da informação. Com isso, surgiu também o “Mapa Chega de Fiu Fiu”, que consiste em uma página na *internet* com um mapa do Brasil, onde qualquer vítima de assédio pode relatar uma experiência por que passou e registrar o local em que o assédio ocorreu. Segundo a página, trata-se de “uma ferramenta para tornar as cidades mais seguras para as mulheres ao relacionar geograficamente os locais e motivos que aumentam a incidência de casos de assédio em determinadas áreas em busca de soluções que mudem essa realidade”. (THINK OLGA, 2013)

Em consequência disso, também foi criado o *e-book* “Meu corpo não é seu: desvelando a violência contra a mulher”, um cordel, em parceria com o *site*, além de uma cartilha sobre assédio, em coautoria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Assim, todas as plataformas da *internet*, junto ao ativismo feminino,

proporcionaram uma discussão que atingiu um grande número de pessoas, ultrapassando o espaço *on-line*. Nesse contexto de comprometimento e discussão, é feito o documentário, que veio complementar todo o projeto e contribuir para a conscientização de todos em relação ao assédio nas ruas. Com R\$ 64.448,00 arrecadados através de uma plataforma de financiamento coletivo, foi possível concretizá-lo e com isso desenvolver diversas discussões e trazer uma conscientização coletiva acerca dos assédios vivenciados pelas mulheres.

Vemos, assim, que as pautas femininas encontram, de certa forma, um novo espaço para se propagar, com ações sociais e políticas através do uso da *internet*, o que acaba por desestruturar pensamentos opressores tomados frequentemente como verdades absolutas, contribuindo para um propósito democrático, com diálogos importantes para a sociedade como um todo. Sem dúvida, ainda que a força das mulheres em suas reivindicações não possa ser atribuída somente às redes sociais, a *web* contribuiu eficazmente na luta e militância das mulheres, que foram potencializadas e produziram alianças como nunca antes.

Segundo Cristiane Costa, professora de jornalismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e criadora do coletivo *se Toca*, no texto “Rede”, parte integrante do livro “Explosão Feminista”, de Heloísa Buarque de Holanda (2018), as redes sociais são o mecanismo mais importante de mobilização política, pois seriam mecanismos de pressão diante de instituições estabelecidas. No entanto, o recurso mais utilizado pelos ativismos insurgentes é o que privilegia a autonomia e a ação direta entre pares, abrindo, assim, um vasto campo de estratégias de mobilização e comunicação políticas, com perspectivas numa expressão individual, vencendo distâncias entre o público e o privado. A *internet* permite ainda, de acordo com a autora, a formação de um novo padrão organizacional articulado, através de consultas mútuas e retroalimentação, favorecendo os movimentos de “minorias” e ações políticas em países em desenvolvimento.

Vemos isso presente nas lutas femininas atuais, com um número enorme de páginas que tratam do feminismo com diferentes linguagens e abordagens, obtendo uma quantidade surpreendente de curtidas, como por exemplo, “Feminismo Sem Demagogia”, com mais de 884000 curtidas; “Geledés Instituto da mulher Negra”, com mais de 348000 curtidas; “Lugar de Mulher”, com mais de 75200 curtidas; “Feminismo radical”, com mais de 54000 curtidas, entre outras, de acordo com dados fornecidos pela autora. Ela afirma que as linguagens exploradas na rede pelo feminismo baseia-se nas experimentações possíveis entre o pessoal e o público, com as interdições e violências vividas pelas mulheres sempre sendo atualizadas. Ademais, acrescenta-se a força mobilizadora dos relatos pessoais, com experiências em primeira pessoa, tornadas públicas na rede e, desta forma, afetando o outro. Diz Costa:

No caso da diversidade de feminismos que se desdobram e se anunciam a cada dia, as redes se mostraram ainda uma base suficientemente flexível para articular as múltiplas posições identitárias feministas dentro das lógicas interseccionais indispensáveis para a expressão dos novos ativismos das mulheres. Talvez, somente agora, a partir de modos de fala e uso de vozes individuais em rede, o feminismo tenha conseguido encontrar um modelo de comunicação efetivamente contagioso (HOLLANDA, 2018, p. 47)

Nesse contexto, os movimentos descobriram o poder das *hashtags*, que antes eram ligadas à publicidade, passando a ser a principal ferramenta política do feminismo, segundo Cristiane Costa. As manifestações organizadas a partir de *hashtags* acabam por serem flexíveis, tanto do ponto organizacional quanto político, atuando numa esfera na qual o consenso não é necessário. Alcança-se, assim, um ponto central em que já não é importante *quem* disse, mas *o quê* e *como* disse. É o caso, por exemplo da campanha criada pelo *Think Olga* em 2015, a *#PrimeiroAssédio*, surgido como resposta ao assédio sofrido por Valentina Schulz, na época com doze anos, que participou do programa *Master Chef júnior* e foi alvo de comentários de teor pedófilo e machista nas redes sociais. Diante desse caso exposto, a campanha motivou mulheres a relatar suas primeiras experiências com assédio, muitas vezes pela primeira vez e uma análise da idade média em que as mulheres sofrem o primeiro assédio, que seria de 9,7 anos.

A partir daí, surgiram muitas campanhas feministas, como a *#NãoMereçoSerEstuprada*, surgida como uma reação aos resultados de um trabalho divulgado pelo Instituto de Pesquisa econômica Aplicada – Ipea, chamado “tolerância Social à violência contra as mulheres”, e que mostrou uma porcentagem de 65% dos brasileiros concordando, parcial ou totalmente, com a afirmação de que mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas. Em uma semana, a *hashtag* gerou um movimento coletivo, com 592 postagens e quase 3 mil comentários, contribuindo para a mudança numa nova pesquisa do Ipea, agora apontando um percentual de apenas 26% de brasileiros concordando com a mesma afirmação.

Também ligada à cultura do assédio, a Revista nova lançou a #NãoéNão, em outubro de 2016, próximo ao carnaval de 2017, e motivou a #CarnavalSemAssédio, estabelecendo que puxar pelo braço, beijar à força e tentar qualquer tipo de abordagem constituem assédio. Uma pesquisa feita um pouco antes do carnaval de 2017 mostrava que 54% dos homens afirmavam que mulheres em um bloco carnavalesco, com roupas que revelam parte de seu corpo, bebendo, “estão a fim de ser agarradas”. A campanha foi muito bem sucedida e o número de assédios caiu efetivamente em 2017, ocasionando uma maior liberdade para as mulheres participarem da festa em espaços públicos.

De acordo com Cristiane Costa, não é por acaso que muitas dessas campanhas trazem no nome a primeira pessoa do singular, enfatizando a singularidade pessoal de um relato e pautando temas até então reprimidos e minoritários, como diversidade e injustiças relacionadas a gênero, sexualidade e padrões de beleza. Além disso, a transposição das redes para o papel é uma tendência entre os *expoentes* do feminismo virtual, como a *youtuber* Jout Jout, que conquistou 3,1 milhões de visualizações em vídeo sobre relacionamentos abusivos, Babi Souza, criadora do movimento *Vamos juntas?*, que ajuda mulheres a se organizar para não andar sozinhas em locais perigosos e Clara Averbuck, uma das figuras mais importantes e pioneiras, com sete livros publicados. Ela explica a importância da troca de experiências no espaço virtual: “O processo de compreensão e aceitação foi mais longo, é claro; ninguém acorda feminista. [...] A *internet* teve um papel fundamental nisso, pois foi ouvindo as experiências de outras mulheres que consegui identificar as minhas próprias”. (HOLLANDA, 2018, p. 55)

Nessa perspectiva, salienta-se também o importante movimento do feminismo negro no *site* “Blogueiras negras”, com nomes que se tornaram referência a partir das redes, como Stephanie Ribeiro e Djamila Ribeiro, ambas citadas anteriormente. Para Djamila, “muitas vezes, condicionados que estamos, aprendemos a só legitimar uma voz, uma história. Desestabilizar verdades estabelecidas é um caminho importante para a construção de coexistências” (HOLLANDA, 2018, p. 59). Assim, de acordo com Cristiane, as questões mais recorrentes nas redes não diferem muito das ondas femininas anteriores: violência, assédio, sexualidade, padrões de beleza e comportamento. A grande diferença, porém, está no encaminhamento dessas questões através da capacidade multiplicadora e articuladora da *internet*, baseada na força das narrativas pessoais.

Muito importante também para a luta feminina instrumentalizando a *internet*, é o projeto da jornalista Thais Maranhão, lançado em 2015, chamado “Efeito Dominó” e que reúne diversos depoimentos e discussões sobre assédio em duas séries de vídeos. Uma delas se chama “O assédio” e reúne testemunhos e opiniões de homens e mulheres sobre o tema e a outra “Crônica nada Cômica”, em que as mulheres relatam de forma mais extensa seus casos de assédio. O objetivo do projeto, segundo Thais, é conscientizar a sociedade para que as próximas gerações passem a tratar a mulher bem, com o *slogan* “Qual é o seu legado?” e afirmando que “não podemos mudar o passado, mas podemos melhorar o futuro”:

A ideia é o autoconhecimento, é que comece de nós e parta para o outro. É que possamos ensinar diferente para termos uma sociedade diferente. É dar exemplo ao invés de criticar, afinal, as coisas são como são por serem um espelho infinito de comportamento. (MARANHÃO, 2013)

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como procuramos demonstrar, o assédio nas ruas pode ser considerado um desrespeito, limitando os direitos fundamentais das mulheres, e desvalorizando e objetivando a mesma. E, nesse cenário, o compartilhamento de relatos e experiências através da internet são de suma importância para combater comportamentos abusivos em relação às mulheres, promovendo discussões, debates e campanhas que formam uma estrutura de organização baseada na solidariedade. Essa estrutura potencializa as ações de resistência das mulheres na esfera pública e a luta pela possibilidade de que suas demandas sejam incorporadas aos valores universais que organizam a vida pública em uma Democracia.

O documentário “Chega de Fiu Fiu”, que embasou e contribuiu para várias abordagens nesse trabalho, traz reflexões importantes em relação às construções das cidades, ao transporte público, à iluminação de vias públicas, aos horários de circulação e discussões relativas ao “direito das cidades”, que trata de políticas inclusivas e sustentáveis, mas que ainda encontra-se longe da perspectiva atual, com gestões que dificultam o ir e vir das

pessoas. Também conduz à necessidade de pensar em uma política na questão de gênero, o que significa implementar várias plataformas, como serviços de atendimento e proteção, como hospitais e delegacias para atendimento à mulher, além de projetos voltados à educação com temática de enfrentamento à violência de gênero, enfatizando a importância da lei Maria da Penha e da igualdade de gênero nos currículos pedagógicos. Somente assim as várias formas de violência, que são naturalizadas em nossa sociedade, serão desconstruídas.

Ao final do documentário, há informações úteis, como o número 180, gratuito, que oferece informações e encaminhamento para mulheres vítimas de violência. Além disso, um pequeno texto, especificando as três formas de interpretação do assédio pela lei brasileira: 1ª - “Constrangimentos e ameaças com intuito de conseguir favorecimento sexual por alguém de posição superior” (art. 216-A do código penal); 2ª - “Importunação ofensiva ao pudor, que abrange frases desagradáveis, invasivas e agressivas” (art. 61 da lei nº 3688/1941); 3ª - “Ato obsceno, quando alguém realiza um ato sexual em público, com o intuito de ofender e agredir”. (art. 233 do código penal)

Portanto, podemos concluir que há uma nova cidadania feminina sendo construída de forma coletiva, o que vai na contramão das relações de poder assimétricas e patriarcais que organizam a nossa sociedade e que faz perdurar as desigualdades, partindo do padrão masculino para universalizar comportamentos e impedir o alcance das demandas das mulheres. Muito ainda precisa ser feito para que a equidade econômica, social e política entre homens e mulheres seja alcançada, mas a facilidade e a velocidade do uso e da troca de informação através da *internet*, contribuem efetivamente para essa construção coletiva de uma nova sociedade, mais consciente dos seus direitos e demandas, com a disseminação de ideias, relatos, experiências pessoais e discussões importantes para o combate às desigualdades de gênero.

Assim, campanhas, projetos e o documentário descritos no trabalho, demonstram a força da *web* como instrumento de articulação de laços e correntes para a mudança social, desconstruindo pensamentos opressores que são dados como verdades absolutas, e, dessa forma contribuindo democraticamente com a sociedade.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand brasil, 2005.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARDOSO, Silvia. **Assédio sexual em espaços públicos e o crime de importunação sexual: entendendo esse novo crime**. Disponível em: <<https://silvialc.jusbrasil.com.br/artigos/673284984/assedio-sexual-em-espacos-publicos-e-o-crime-de-importunacao-sexual-entendendo-esse-novo-crime/amp>>. Acesso em 01 de julho de 2019.
- CHEGA DE FIU FIU: Conversamos com as diretoras de documentário sobre assédio. Disponível em <<https://revistagalileu.globo.com/>> Publicado em 14 de maio de 2018. Acesso em 25 de junho de 2019.
- COSTA, Cristiane. Rede. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 43-60.
- DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DAMATTA, Roberto. A casa, a rua e o trabalho. In: **O que faz o Brasil Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- DANTAS, Thalita de Assis. **Assédio em espaço público: uma análise de audiovisuais sobre o tema**. 42f. Trabalho de Conclusão de Curso do Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico do Departamento Acadêmico de Desenho Industrial – DADIN- da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. 2018.
- EFEITO DOMINÓ. Disponível em: <<http://thaismaranho.wixsite.com/efeitodomino>>. Acesso em 25 de junho de 2019.

- EFEITO DOMINÓ. Disponível em <<https://www.facebook.com/DominoEfeito>>. Acesso em 25 de junho de 2019.
- FARIA, Juliana. **Ana entrevista:** Juliana Faria, Think Olga [10 de abril, 2014]. Entrevista Reflexão. Entrevista concedida a Ana Luiza Gomes. Disponível em: <<http://www.ideafixa.com/ana-entrevista-juliana-de-faria-think-olga/>>. Acesso em 26 de junho de 2019.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura - História, Cidade e trabalho.** Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- MENDONÇA, Yasmin Curzi de. **"Meu nome não é Psiu!": Assédio nas ruas e a luta dos feminismos por reconhecimento jurídico.** Dissertação de mestrado apresentada no Departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, 2017.
- OLIVEIRA, Ana. **O assédio sexual nos espaços públicos.** *Cabo dos trabalhos, 10*, 2014.
- RIBEIRO, Stephanie. Quem somos: Mulheres Negras no plural, nossa existência é pedagógica. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 261-272.
- SAVIO, Thayná Davilla; SILVA, Regina Coeli Machado. **Ei, gostosa! Assédio de Rua e interações assimétricas no espaço público.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 11&13 Women's Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499445739_ARQUIVO_TEXTO-FINAL-FAZENDO-GENERO.pdf> Acesso em 26 de junho de 2019.
- THINK OLGA. **Chega de Fiu Fiu.** Disponível em: <<http://thinkolga.com/chegadefiufiu/>>. Acesso em 26 de junho de 2019.
- THINK OLGA. **Resultados da pesquisa "Chega de Fiu Fiu".** Disponível em: <<http://thinkolga.com/2013/09/09/chega-de-fiu-fiu-resultado-da-pesquisa/>>. Acesso em 26 de junho de 2019.